



Mensagem nº 16
Processo nº 24918
Proponente: Poder Executivo Municipal
Regime de tramitação: Normal
Data de Conclusão à Procuradoria: 27/04/2023

RELATÓRIO

Trata-se de mensagem de origem do Poder Executivo Municipal, cujo mérito solicita retirada da EMENDA 001/2023, apresentando mensagem SUBSTITUTIVA com a finalidade de *alterar a redação dos artigos que especifica*. Constan dos autos eletrônicos os seguintes documentos:

- ID 56366 (página única);
- ID 56392 (página única).

PARECER

A respeito do processo legislativo que visa apresentar *emenda a projeto de lei*, transcrevemos:

“Emendas são proposições ou propostas de direito novo, apresentadas como acessórias ou secundária de outras. São, em verdade, propostas de modificação, aditamento, substituição, aglutinação ou separação e supressão de um determinado dispositivo a um projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que se encontre tramitando pela câmara.

Na qualidade de proposições acessórias, as emendas e subemendas deverão sempre ser apreciadas após a votação e aprovação do projeto principal”.

(In: “O Processo Legislativo Municipal: Doutrina, Jurisprudência e Prática”. Sampaio Júnior, João. 2ª ed. – Belo Horizonte: Forum, 2009. p.96).



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

O substitutivo apresentado visa alterar condições de concessão, percentuais e impedimentos relativos à percepção de vantagem remuneratória que a proposição original cria para servidores da área da educação vinculados à estrutura do Poder Executivo, tratando-se de política remuneratória da administração pública. Deste modo, a análise legal que compete em sede de processo legislativo, relativamente aos requisitos para propositura (competência legal e cumprimento dos requisitos fiscais) já foi lançada por ocasião da nossa manifestação anterior, sendo que a emenda ora apresentada não produz alterações relativamente a esse aspecto.

Quanto ao processo legislativo, igualmente não se alteram as Comissões Permanentes antes elencadas para deliberar sobre o projeto de lei em comento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os fundamentos normativos apresentados acima, encaminhamos o expediente ao prosseguimento opinando pela **viabilidade da tramitação**. O presente parecer, como é consabido, tem natureza opinativa e não vincula a decisão das comissões. À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à DIRETORIA LEGISLATIVA para as devidas diligências.

Parecer exarado em 27 de abril de 2023

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257